



26 DE AGOSTO DE 2016
Sexta-feira

- REFORMA ACENDE ALERTA PARA APOSENTADORIA COMPLEMENTAR
- BRASIL FECHA 94 MIL VAGAS DE TRABALHO FORMAIS EM JULHO
- PRESIDENTE DO TST DEFENDE FLEXIBILIZAÇÃO DA CLT PARA SUPERACÃO DA CRISE
- CONCORRÊNCIA POR VAGAS DE EMPREGO É A MAIOR EM 7 ANOS, DIZ PESQUISA
- REDUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PERDE FÔLEGO NO PARANÁ
- PROPOSTA DE REFORMA TRABALHISTA SERÁ ENVIADA AO CONGRESSO EM DEZEMBRO
- COPEL REVÊ ESTRATÉGIA E ESTUDA VENDER LINHAS DE TRANSMISSÃO FORA DO PR
- BNDES VAI FINANCIAR COMPRA DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- PARA ANALISTAS, SOCORRO É NECESSÁRIO, MAS FOGE AO PADRÃO DO BNDES
- CNI PEDE FIM DE 'DUOPÓLIO' EM FRETE
- GOVERNO QUER LEVAR DADOS POSITIVOS AO G-20
- FICOSA DOBRA CAPACIDADE COM NOVA FÁBRICA NO BRASIL
- SUPERCERÂMICA RESISTE A TEMPERATURAS EXTREMAS
- MAHLE TEM NOVO EQUIPAMENTO PARA DESENVOLVER MOTORES
- SALDO DE FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS CAI 6,3% ATÉ JULHO
- GM CHEGA A 3 MILHÕES EM GRAVATAÍ
- SINGAPURA TEM O 1º TÁXI AUTÔNOMO DO MUNDO
- BMW CHAMA PARA SUBSTITUIR AIRBAGS DE 10 MODELOS 2002 A 2006
- FERROVIÁRIOS AMEAÇAM COM GREVE EM SETEMBRO
- CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO CRESCE EM AGOSTO E ATINGE MAIOR PATAMAR EM MAIS DE UM ANO, DIZ FGV
- 'NÃO HÁ ESPAÇO PARA AUMENTO DE IMPOSTO', DIZ EXECUTIVO
- CRESCE O OTIMISMO DO CONSUMIDOR PAULISTANO, DIZ FECOMERCIO SP
- CRISE ECONÔMICA LEVA BRASILEIROS A USAR MAIS SERVIÇOS PÚBLICOS
- JUROS NO CHEQUE ESPECIAL SOBEM PARA 318,4% AO ANO
- 'CAOS' NO BRASIL NÃO PREOCUPA TANTO OS INVESTIDORES ESTRANGEIROS

- COBRE OPERA EM ALTA, AJUDADO POR DÓLAR FRACO E DE OLHO NO FED
- INDÚSTRIA ELEVA INVESTIMENTO EM PESQUISA, MAS CORTA RECURSO À INOVAÇÃO, DIZ FIESP
- BARREIRAS COMERCIAIS RESTRINGEM COMPETITIVIDADE DE PRODUTOS BRASILEIROS
- FINANCIAMENTO CORRESPONDE A 58% DAS VENDAS DE AUTOMÓVEIS NO SEMESTRE, REVELA ANEF

CÂMBIO EM 26/08/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,226	3,227
Euro	3,645	3,646

Fonte: BACEN

Reforma acende alerta para aposentadoria complementar

26/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



As discussões em torno de uma possível Reforma da Previdência fazem acender o alerta vermelho para a contratação de planos complementares de aposentaria ou para a criação de carteiras de investimentos de longo prazo.

Unanimidade entre os analistas financeiros, a recomendação ganhou força diante das propostas do presidente interino, Michel Temer, de estabelecer uma idade mínima para o benefício, de 62 anos para as mulheres e 65 para os homens, o que tende a dificultar a obtenção do teto do INSS, hoje fixado em R\$ 5.189,82.

O consultor de investimentos e sócio da Inva Capital Raphael Cordeiro avalia que, embora os trabalhadores devam começar as reservas "o quanto antes", é a partir dos 30 que os investimentos de longo prazo se tornam mais viáveis.

"No início da carreira os jovens precisam investir muito na educação. E, como os salários costumam ser apertados nesse período, fica difícil iniciar um plano de previdência." Em média, os analistas indicam uma economia de 5% a 10% dos ganhos

mensais para garantir uma poupança na velhice. Mas para obter os melhores rendimentos é preciso pesquisar as opções e conhecer o seu perfil de investimento.

Para quem tem menos disciplina ou dificuldade em administrar uma carteira própria, Cordeiro indica a avaliação dos planos de previdência privada, que são divididos em dois: o VGBL e o PGBL. Indicado para quem faz a declaração simplificada ou é isento do Imposto de Renda, o primeiro possui incidência do IR sobre os aportes, mas, na hora do resgate, a taxa recai apenas sobre os rendimentos. A outra aplicação, por sua vez, é sugerida para quem faz a declaração completa e investe até 12% do rendimento bruto anual. Neste caso, os aportes são isentos de imposto. Porém, ao sacar o dinheiro, a incidência se dá sobre o montante total.

Além do regime de tributação, o investidor deve ficar atento aos custos para manter os ativos, que possuem as taxas de carregamento, que se dão sobre as aplicações e os saques; e de administração, que, juntas, podem reduzir muito os ganhos do investidor. Para encontrar as opções mais vantajosas, o consultor sugere que os trabalhadores pesquisem planos em corretoras que não estejam vinculadas aos grandes bancos.

“Nas seguradoras independentes é possível encontrar opções que não cobram taxas de carregamento para a saída, desde que o dinheiro seja mantido de três a cinco anos na conta, com taxas de administração anuais de 1% e aplicações mínimas de R\$ 300 a R\$ 500 por mês”, conta.

Tributação

Os rendimentos dos planos de previdência privada também têm incidência do imposto de renda, que possuem diferentes tipos de tabelas:

Tabela regressiva

Indicada para quem irá sacar o valor apenas no longo prazo. Possui taxas que vão de 35%, até dois anos; 30%, de 2 a 4 anos; 25%, de 4 a 6 anos; 20%, de 6 a 8 anos; 15%, de 8 a 10 anos; e de 10%, acima de 10 anos.

Tabela progressiva

Segue as mesmas alíquotas do IR e recai sobre o valor resgatado ou transformado em renda. Recomendado para quem irá sacar no curto prazo ou resgatará um montante que se encaixe na faixa de isenção.

Dicas

Perfil e inflação devem nortear carteira de investimentos:

Quanto?

Para aqueles que preferirem criar uma carteira própria, o educador financeiro e editor do blog Quero Ficar Rico, Rafael Seabra, aconselha avaliar o quanto se está sujeito a correr riscos e ficar de olho em ativos que ganhem da inflação.

Mesclar?

Os investidores mais jovens e com perfil agressivo podem mesclar os investimentos em renda fixa, principalmente títulos do Tesouro IPCA+, com a exposição à renda variável, seja por meio de ações ou de fundos de índices. Já os mais conservadores ou que venham a se aposentar em menos tempo devem concentrar as aplicações ligadas à Selic.

Seabra observa, porém, que a escolha dos ativos precisa levar em consideração o período de vencimento. “O prazo dos investimentos em renda fixa tem de se encaixar com o objetivo e, por isso, ter um vencimento próximo da aposentadoria.” Além do Tesouro IPCA+, o educador recomenda investimentos que tenham o rendimento indiretamente ligado à inflação, como os vinculados à taxa básica de juros.

Para garantir que as aplicações ocorram todos os meses, o educador recomenda aos menos disciplinados agendar os aportes para a data em que os vencimentos caírem na conta corrente.

Brasil fecha 94 mil vagas de trabalho formais em julho

26/08/2016 – Fonte: G1

O fechamento de vagas de trabalho com carteira assinada teve continuidade em julho deste ano. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no mês passado as demissões superaram as contratações em 94.724 empregos. Os dados, divulgados pelo Ministério do Trabalho nesta quinta-feira (25), revelam que este foi o décimo sexto mês seguido de fechamento de vagas formais. O último mês com contratações acima das demissões foi março do ano passado, quando foram criados 19,2 mil postos de trabalho.

Apesar de negativo, o resultado do mês passado foi menos ruim do que o registrado em junho de 2015, quando foram fechados 157.905 postos de trabalho – pior resultado para meses de junho desde o início da série histórica do indicador, em 1992.

Acumulado do ano

Na parcial dos sete primeiros meses deste ano, as demissões superaram as contratações em 623.520 vagas formais. Foi o pior resultado para este período desde o início da série histórica do Ministério do Trabalho, que, neste caso, começa em 2002.

Até então, o pior resultado, para o período de janeiro a julho, havia sido registrado no ano passado – quando foram fechadas 485.069 vagas com carteira assinada.

Os números de criação de empregos formais dos sete primeiros meses do ano, e de igual período dos últimos anos, foram ajustados para incorporar as informações enviadas pelas empresas fora do prazo nos meses de janeiro a junho. Os dados de julho ainda são considerados sem ajuste.

Em 12 meses, mais de 1,7 milhão de demissões

O Ministério do Trabalho informou também que, nos últimos doze meses até julho, foi registrada a demissão de 1.706.459 trabalhadores com carteira assinada. Ao final de julho, o país tinha um total de 39,06 milhões de trabalhadores empregados formalmente. No mesmo mês do ano passado, eram 40,77 milhões.

Setores da economia

Em julho, segundo os números do governo, o setor que mais demitiu foram os serviços, com o fechamento de 40.140, seguido pela construção civil (-27.718 vagas), pelo comércio (-16.286 empregos) e pela indústria de transformação (-13.298 postos formais).

Já nos sete primeiros meses deste ano, informou o Ministério do Trabalho, quase todos os setores da economia demitiram trabalhadores, com exceção da administração pública, que abriu 19.012 vagas, e da agricultura (+96.428 empregos com carteira assinada).

O comércio liderou o fechamento de vagas com carteira assinada nos sete primeiros meses deste ano, com 268.403 demissões. Em segundo lugar, estão os serviços com 164.601 vagas formais fechadas na parcial deste ano.

Logo depois, vem a indústria de transformação, com 153.197 empregos formais fechados no período, seguida pela construção civil - que registrou a demissão de 142.095 postos formais nos sete primeiros meses de 2016. A indústria extrativa mineral, por sua vez, fechou 6.108 vagas de emprego.

Números regionais

Segundo o Ministério do Trabalho, houve o registro de demissões em quase todas as regiões do país nos sete primeiros meses de 2016, com exceção do Centro-Oeste, que abriu 11.954 vagas neste período.

A região Sudeste foi a que teve mais trabalhadores demitidos de janeiro a julho deste ano, quando 305.710 pessoas perderam o emprego.

A região Nordeste, por sua vez, registrou a demissão de 223.382 trabalhadores, enquanto a região Sul contabilizou o fechamento de 61.433 vagas formais. Já a região Norte fechou 44.949 empregos com carteira assinada nos sete primeiros meses deste ano.

Presidente do TST defende flexibilização da CLT para superação da crise

26/08/2016 – Fonte: Portal Contábil



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, defendeu nesta quinta-feira, 25, a flexibilização das leis trabalhistas como forma de superação da crise econômica no País. Ele ressaltou a importância da prevalência das negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores de modo a se preservar empregos e direitos trabalhistas.

“Espero que possa haver uma atualização da legislação atual, de tal forma que possamos chegar a um ponto de equilíbrio, porque senão não vamos sair da crise”, afirmou Gandra, na abertura do seminário que comemora os 75 anos da Justiça do Trabalho no Brasil, realizado até sexta-feira, 26, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

“Temos que prestigiar a negociação coletiva e conseguir um marco regulatório para a terceirização. Alguns pontos da CLT em que se possa fazer alteração podem dar mais segurança às empresas e emprego para os trabalhadores”, disse. Ele citou o intervalo intrajornada como um ponto que deve ser debatido entre empregado e empregador, sem interferência do Estado.

O ministro afirmou ainda que a Justiça do Trabalho não está preparada para absorver as ações decorrentes de demissões motivadas pela crise, uma vez que vem sofrendo cortes orçamentários. “Este ano recebemos 3 milhões de reclamações, quando o normal são dois milhões. Se continuarem os cortes, a Justiça do Trabalho vai fechar as portas.”

Concorrência por vagas de emprego é a maior em 7 anos, diz pesquisa

26/08/2016 – Fonte: G1

A concorrência por uma vaga de emprego no Brasil aumentou e retornou a patamares de 2009. Segundo o indicador Catho-Fipe, na passagem de junho para julho houve queda de 12,3% no índice de vagas por candidatos, influenciado sobretudo pela piora no ritmo de geração de vagas. No acumulado de 2016 contra o acumulado 2015, o retrocesso foi de 31,3%.

Segundo a pesquisa, julho foi o 24º mês consecutivo de queda na comparação com mesmo mês do ano anterior – um recorde negativo para a série histórica do indicador.

O Índice de novas vagas de emprego caiu 11,3% em julho, interrompendo uma sequência de 4 meses consecutivos de alta e retornando a patamares do início de 2012 em termos de geração de emprego. O resultado acumulado de 2016 mostra queda de 3,6% em relação ao mesmo período de 2015.

Já o indicador de novas vacâncias caiu 11,2% em julho. Nos sete primeiros meses de 2016 a queda foi de 5,2%.

Dados do Ministério do Trabalho divulgados na quinta-feira (25) mostram que o Brasil perdeu 94.724 empregos com carteira assinada em julho. Foi o décimo 16º mês seguido de fechamento de vagas formais. O último mês com contratações acima das demissões foi março do ano passado, quando foram criados 19,2 mil postos de trabalho.

No acumulado de janeiro a julho, as demissões superaram as contratações em 623.520 vagas formais.

Redução de postos de trabalho perde fôlego no Paraná

26/08/2016 – Fonte: Bem Paraná



O Paraná fechou julho com um saldo negativo de 5.618 vagas com carteira assinada, resultado da diferença entre 85,4 mil admissões e 91,1 demissões, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho.

O saldo negativo, no entanto, é menor do que o registrado no mesmo período do ano passado, quando houve uma perda de 12.355 postos de trabalho. Foi o menor saldo negativo do Sul do País. Santa Catarina eliminou 5.819 vagas e o Rio Grande do Sul 12.166 postos de trabalho em julho.

Apesar de ainda negativo, a redução no ritmo de perda de postos de trabalho reforça a avaliação de que o pior momento para o emprego já passou no Estado. “Embora ainda esteja negativo, o indicador está menos pior do que no ano passado.

Ainda não é uma recuperação, estamos em crise, mas pode indicar que o saldo de empregos possa gradualmente melhorar nos próximos meses.

A projeção é que o Paraná, até o final do ano, registre algum saldo positivo, ainda que pequeno”, diz o diretor-presidente do IparDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social), Julio Suzuki.

A agropecuária seguiu liderando a geração de vagas no Estado nos primeiros sete meses do ano, com saldo positivo de 1.267 empregos.

Proposta de reforma trabalhista será enviada ao Congresso em dezembro

26/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse nesta quinta-feira (25), no Rio, que o governo vai enviar ao Congresso na primeira quinzena de dezembro a proposta de atualização da legislação trabalhista.

Ele garantiu que os trabalhadores não têm o que temer com relação a direitos já adquiridos. “O trabalhador não será traído pelo ministro do Trabalho”, afirmou Nogueira, depois de participar da abertura do seminário que comemora os 75 anos da Justiça de Trabalho no Brasil, na Fundação Getulio Vargas (FGV).

“Quero reiterar aqui para que não tenha nenhuma especulação por parte de setores mal intencionados: direito você não revoga, você aprimora. O trabalhador não corre nenhum risco, não há nenhuma possibilidade de parcelamento de 13º salário, de fatiamento de férias, de aumento de jornada de trabalho, nem de alteração das regras do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)”, afirmou.

“O Brasil não pode esperar mais. O Congresso tem a consciência disso. Nós temos a coragem necessária para fazer o enfrentamento e promover a reforma e atualização da legislação. O trabalhador não será prejudicado. Terá a oportunidade de ser mais ativo em sua representação sindical”, assegurou Nogueira.

A proposta a ser apresentada pelo governo tem três eixos, segundo o ministro: dar segurança jurídica para os contratos de trabalho, criar oportunidades de ocupação com renda e consolidar direitos.

“Precisamos atualizar a legislação trabalhista para que a leitura do contrato seja fiel, seja a mesma por parte do empregador, do trabalhador e do juiz. O investidor não pode conviver com o fantasma de uma ação trabalhista e de uma decisão injusta que onere seu patrimônio. Pretendemos prestigiar a negociação coletiva”, explicou.

O ministro acredita que a conclusão do processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, e a confirmação do presidente em exercício, Michel Temer, no cargo deve ajudar na retomada de investimentos no País, recuperação da economia e conseqüente redução do número de desempregados, hoje em 20 milhões de pessoas.

“Não dá para vincular uma coisa à outra, mas o governo do presidente em exercício demonstra uma credibilidade maior para o mercado, e o mercado tem sinalizado isso. Inclusive os próprios investidores se movimentam para investir no Brasil e isso traz um cenário muito positivo para a recuperação da economia”.

26/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Depois de meia década investindo em sistemas de transmissão de energia a milhares de quilômetros do Paraná, a Copel quer agora dar a meia-volta. Para reduzir custos operacionais, a companhia avalia se desfazer de ativos em regiões distantes e concentrar sua atuação no Paraná e estados próximos.

As informações são do diretor de Finanças e Relações com Investidores da companhia, Luiz Eduardo Sebastiani. O executivo confirmou a intenção de trocar ou vender participações na área de transmissão em um ofício enviado na manhã desta quinta-feira (25) à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que questionou a estatal sobre um texto publicado pela agência Reuters.

A Copel admitiu que mantém conversas com a estatal federal Eletrosul para avaliar a troca de participações das duas companhias, para que a empresa paranaense “fique com empreendimentos mais próximos do Paraná e não tenha redução de receitas”.

A Copel também estuda vender os sistemas construídos em parceria com a chinesa State Grid, que ficam no Centro-Oeste. A estatal é dona de 49% desses ativos, nos quais investiu quase R\$ 1,8 bilhão. São 1,6 mil quilômetros de linhas de transmissão e quatro subestações cuja operação vai garantir à estatal, a partir deste ano, uma receita anual de R\$ 143 milhões.

Também está nos planos a venda de uma linha de 365 quilômetros no Maranhão, que rende R\$ 18 milhões ao ano à Copel. Nesse caso, a companhia detém 49% do consórcio formado com a espanhola Elecnor.

Outro ativo no Nordeste é uma linha de 967 quilômetros em fase final de construção que, quando ficar pronta, vai gerar à Copel uma receita anual de R\$ 22 milhões. A estatal investiu R\$ 249 milhões nesse sistema, do qual detém 24,5%, em parceria com Furnas (24,5%) e State Grid (51%).

Além dos empreendimentos já citados, a Copel está construindo, sozinha ou em parceria, 1,9 mil quilômetros de linhas nos estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. A estatal está investindo R\$ 2,4 bilhões nesses ativos, que terão receita anual de R\$ 313 milhões.

Gastos e atrasos

Embora a Copel tenha aumentado suas receitas ao atravessar as divisas do estado, a estratégia gerou despesas elevadas e alguma dor de cabeça com atrasos nas obras dos linhões, em especial nos dois consórcios com a State Grid. Um ano atrás, a Copel decidiu aportar R\$ 100 milhões nesses empreendimentos, no que foi seguida pelos chineses, para acelerar as obras. Há dois meses, já na fase final de construção, o BNDES liberou R\$ 440 milhões para financiar os empreendimentos.

Indenização reduz endividamento da companhia

A ideia da Copel de vender ativos de transmissão distantes do Paraná surge num momento em que a dívida líquida da companhia segue em alta mas o nível de endividamento recua, devido a fatores extraordinários.

Em junho, a dívida líquida da empresa chegou a R\$ 7,56 bilhões, com alta de 7% desde o fim de 2015. Ela vem subindo há vários anos, influenciada principalmente por investimentos em geração e transmissão de energia.

No entanto, o endividamento medido pela relação entre a dívida líquida e a geração de caixa caiu de 2,7 vezes em dezembro para 2,3 vezes no fim do primeiro semestre. A redução da alavancagem se deve ao reconhecimento, no balanço da Copel, de R\$ 978 milhões de indenização por ativos de transmissão existentes antes de maio de 2000 e de R\$ 193 milhões de reversão de uma provisão para o pagamento de Cofins.

Sem esses dois valores não recorrentes, o nível de endividamento teria chegado a 3,2 vezes, pouco abaixo do limite de 3,5 estabelecido em contratos da Copel com credores. Em evento com investidores, a companhia disse acreditar que de agora em diante a alavancagem ficará num intervalo entre 2,5 e 3 vezes, considerado "aceitável".

CVM quis saber por que estatal não publicou fato relevante

Em ofício encaminhado na quarta-feira (24), a CVM – autarquia que fiscaliza os integrantes do mercado financeiro – quis saber por que a Copel não enviou comunicado de fato relevante sobre a intenção de trocar e vender ativos na área de transmissão.

Em resposta, o diretor de Finanças e Relações com Investidores, Luiz Eduardo Sebastiani, disse que "tal fato se apresenta tão somente em estudo dentro da companhia e não vislumbra mudança relevante na posição dos ativos da empresa". Ele também afirmou que a Copel "analista com muita cautela eventuais oportunidades de alienação [venda] de ativos".

A CVM também quis esclarecimentos a respeito da intenção do governo estadual de vender parte de suas ações na estatal. Sebastiani respondeu que "tal fato não enseja impacto relevante à estratégia e a condução dos negócios da Copel" e que "ainda é tema de discussão no cenário político paranaense".

Outra pergunta da CVM foi sobre a estimativa da Copel Distribuição de alcançar uma geração de caixa (Ebitda) entre R\$ 650 milhões e R\$ 700 milhões nos próximos 12 meses. Com esse resultado, a companhia reverteria um Ebitda negativo de R\$ 198 milhões no primeiro semestre do ano.

"Os números (...) envolvem expectativas baseadas em premissas atualmente disponíveis e não se configuram, portanto, como uma garantia de desempenho futuro", disse Sebastiani à CVM.

BNDES vai financiar compra de empresa em recuperação judicial

26/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo do presidente interino, Michel Temer, anunciou nesta quinta-feira (25) a criação de uma linha de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para financiar a compra de ativos de empresas que estejam em recuperação judicial.

O anúncio da medida, feito pela presidente do banco, Maria Silvia Bastos, e pelo ministro Dyogo Oliveira (Planejamento) ocorreu no Palácio do Planalto, na mesma

manhã em que o Senado iniciou a fase final do julgamento do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff.

A compra da empresa em recuperação judicial -ou de parte dela- só poderá ser feita, de acordo com o governo, por empresas que estejam com as contas em dia.

O programa terá orçamento de R\$ 5 bilhões e ficará em vigor até agosto de 2017. De acordo com o governo, não haverá subsídio do Tesouro Nacional. A linha contará com recursos que o BNDES já tem disponível.

"O crédito não será para a empresa em recuperação judicial. Será para que uma empresa saudável compre parte ou todo o ativo da empresa em recuperação judicial", explicou o ministro. "Pode ser a linha de produção de uma fábrica, uma fábrica inteira, a empresa inteira", completou a presidente do BNDES.

Segundo o BNDES, só no primeiro semestre deste ano, 923 empresas entraram em recuperação judicial.

O maior processo de recuperação judicial da história do Brasil foi aberto neste ano. A Oi, maior operadora do Brasil em telefonia fixa, empatada com a Vivo (cada uma tem participação de 34,4%), e a quarta em celular, com 18,6% do mercado, tem uma dívida de R\$ 65,4 bilhões.

Para analistas, socorro é necessário, mas foge ao padrão do BNDES

26/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O programa lançado pelo BNDES para ajudar as empresas em dificuldades financeiras divide analistas. Se por um lado desvia o banco de seu objetivo principal, que é financiar investimentos novos, por outro poderá contribuir para viabilizar a venda de empresas em má situação.

Segundo o economista José Roberto Afonso, do Ibre/FGV, o elevado endividamento das empresas, que acabaram asfixiadas pelo aumento dos juros e alta do dólar, levou o banco a agir.

"Pelo visto, o mercado não deu conta. E esperava-se que estrangeiros entrassem e comprassem as empresas brasileiras em má situação financeira, mas também não devem estar dando conta."

Ele critica, porém, que seja o BNDES o instrumento escolhido pelo governo para mitigar o problema.

"Foge ao padrão do BNDES, que é o fomento para projetos de novos investimentos", diz ele. "O BNDES é usado para fazer uma função que é própria do governo ou do Banco Central".

Renato Soriano, sócio da Rosenberg Partners, concorda que esse papel deveria ter sido cumprido pelo mercado, mas ressalva que não houve crédito disponível para isso. A advogada Marina Schneider, sócia do escritório Mattos Filho, diz que há interesse de empresas em adquirir outras em dificuldade, mas o volume de negócios que se concretizam não corresponde.

"É uma iniciativa que faz sentido no momento de crise: em vez de criar projetos novos, ele financia os já existentes, que podem ser bons, mas estão precisando de ajuda", afirma Soriano. "Não sendo a taxas subsidiadas, mas sim a custo de mercado, não tem impacto fiscal."

FALTA DE OPÇÃO

Sérgio Lazzarini, professor do Insper e estudioso das relações entre governos e investidores privados, diz ter estranhado o anúncio.

"Trata-se de negociação privada. Não vejo por que um banco de desenvolvimento entrar no processo."

José Roberto Afonso observa que, nos EUA, durante a crise global de 2009, quem prestou esse tipo de socorro foi o próprio governo.

"O governo dos EUA comprou participações acionárias diretas até em montadoras", diz. Ele lembra que o BNDES já fez isso no passado.

"Os nomes mudam, mas a essência é a mesma. Em outros tempos já chamaram esses empréstimos de operação hospital e recentemente, de reestruturação financeira."

CNI pede fim de 'duopólio' em frete

26/08/2016 – Fonte: Tribuna PR

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) quer que o governo do presidente em exercício Michel Temer denuncie o tratado, assinado em 1974, com o Chile, que praticamente criou um duopólio na rota marítima entre os dois países.

Apenas duas empresas operam no transporte entre Brasil e Chile, ambas subsidiárias dos grupos alemães Hamburg Sud e Hapag Lloyd: a Aliança, de bandeira brasileira e a CSAV, chilena.

Segundo a CNI, há apenas oito navios para atender os 3.685 exportadores e 1.149 importadores brasileiros, sem contar os empresários chilenos. O duopólio aumenta o frete entre 20% e 40%, de acordo a confederação. Afeta principalmente o agronegócio e setores industriais como automotivo, máquinas e equipamentos, cerâmica, papel e celulose e cosméticos.

O Chile é o sétimo mercado das exportações brasileiras de bens básicos, semimanufaturados e manufaturados. Em 2015, a corrente de comércio foi de US\$ 7,5 bilhões, mas já chegou a US\$ 10 bilhões em 2008.

De acordo com a CNI, o frete pode ser até 40% mais alto do que em rotas mais longas, como Brasil-Equador ou Brasil-Peru, nas quais a concorrência é livre. O preço da milha náutica entre o Brasil e o Chile é 30% mais alto do que a milha náutica entre Brasil e a China.

Isso ocorre, diz a CNI, porque o Convênio de Transporte Marítimo entre Brasil e Chile, assinado há mais de 40 anos, só permite que navios de bandeira brasileira ou chilena façam o transporte de carga nesse trajeto. A CNI pede que o tratado seja rediscutido.

Temporário

A confederação defende a denúncia do acordo, que foi feito para ser temporário. O texto do tratado tem prazo de cinco anos, prorrogado caso as partes não se manifestem, o que ocorreu nos últimos 40 anos. Na avaliação da indústria, a denúncia não apresenta insegurança jurídica, pois é cláusula integrante do tratado.

"O acordo foi criado para fomentar a indústria nascente de transporte marítimo. Passados mais de 40 anos, a proteção artificial das frotas nacionais não surtiu efeito. Não desenvolveu essa indústria nem aumentou a capacidade de transporte. Em um momento em que a indústria busca incessantemente ampliar sua competitividade, fatos como esse oneram o frete, um dos componentes mais importantes no custo da

exportação”, diz o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi.

“Com a denúncia, o Brasil manda uma mensagem forte de que muda as regras no meio do jogo”, discorda o diretor-superintendente da Aliança Navegação e Logística e da Hamburg Süd no Brasil, Julian Thomas.

Segundo ele, o grupo investiu US\$ 700 milhões na cabotagem brasileira e na reconfiguração da frota com a certeza de que o acordo valeria por mais cinco anos, pelo menos.

Thomas diz que o fim do tratado vai aumentar o prazo de entrega das mercadorias entre os dois países, que hoje é de 12 dias, entre Santos e San Antonio. Se a rota for feita por Cartagena, na Colômbia, o prazo aumenta para 33 dias.

“Se denunciar o acordo, o Brasil deixa de ser competitivo na comparação com a China, que vai conseguir enviar as mercadorias para a costa oeste da América do Sul em tempo menor”, afirmou.

Para a CNI, porém, a restrição na oferta de navios obriga o setor produtivo brasileiro a conviver com fretes elevados ou mesmo proibitivos justamente em um período em que há uma redução mundial do custo do transporte marítimo, por causa da superoferta de navios.

Governo quer levar dados positivos ao G-20

26/08/2016 – Fonte: Tribuna PR

A Cúpula de Líderes do G-20 do próximo mês será uma oportunidade, segundo o Ministério de Relações Exteriores, para o novo governo detalhar aos demais países do grupo suas propostas de reformas econômicas. O Brasil tentará mostrar que, passado o processo de impeachment, está comprometido de fato com o ajuste das contas públicas e buscará reabrir os caminhos para os investimentos estrangeiros na infraestrutura do País.

Caso confirmado o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, o presidente em exercício, Michel Temer, tem presença confirmada no encontro que será realizado nos dias 4 e 5 de setembro em Hangzhou, na China.

“Se confirmado no cargo, a principal mensagem que Temer tentará transmitir é a da transição política, com ênfase no novo programa econômico do Brasil”, afirmou na quinta-feira, 26, o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério de Relações Exteriores, embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey. Segundo ele, caso o impeachment não seja aprovado no Senado, caberá a Dilma decidir se participará da reunião na China, mas até o momento não houve contato entre o Itamaraty e a presidente afastada.

Já como presidente efetivo do Brasil, Temer também programa uma série de encontros bilaterais com os chefes de Estado de países membros do G-20, a pedido desses governos. A anfitriã China, além de Espanha, Itália e Arábia Saudita já solicitaram essa agenda com Itamaraty.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também irá à Ásia. Antes da Cúpula nos dias 4 e 5, a delegação brasileira participará ainda no dia 2 de um encontro em Xangai no qual empresários brasileiros e chineses discutirão oportunidades de comércio e investimentos.

No governo, comemora-se o fato de que a primeira aparição internacional da nova equipe já levará dados que indicam que a confiança na economia brasileira começa a melhorar.

“Em Hangzhou será feita uma avaliação do que já foi feito pelos países. E, como em toda cúpula do grupo, será aprovado novo plano de ação com propostas de políticas econômicas para ajudar o crescimento da economia global”, disse Cozendeu.

Baixa

Responsável pelo programa de concessões em infraestrutura, um dos pontos principais da agenda do Brasil com a China, o secretário executivo do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Wellington Moreira Franco, desistiu de compor a delegação presidencial que seguirá para lá na próxima semana.

Ao jornal O Estado de S. Paulo, o ministro disse que resolveu ficar no Brasil para acompanhar, no Congresso, a votação da Medida Provisória que criou sua secretaria e que está prestes a perder a validade. As informações são do jornal

Ficosa dobra capacidade com nova fábrica no Brasil

26/08/2016 – Fonte: CIMM

A Ficosa dobra sua capacidade produtiva no Brasil com a inauguração de uma nova fábrica localizada em Jandira, região metropolitana de São Paulo, para a produção de retrovisores, sistemas de controle e comandos, sistemas de lavagem de para-brisa e outros sistemas eletrônicos para veículos.

Mais moderna, a unidade substituirá as operações da primeira planta da empresa no País, em Barueri, a dois quilômetros de Jandira, também na região metropolitana da capital paulista. Com a nova unidade, instalada em uma área total de 13 mil metros quadrados, a companhia eleva sua capacidade para 4 milhões de retrovisores por ano, além de 3 milhões de sistemas de controle e comandos.

Equipada com novo maquinário, o que permitiu a ampliação de sua eficiência produtiva no País, a Ficosa conta ainda, além das linhas de montagem, com um centro de pesquisa e desenvolvimento (P&D) na unidade de Jandira, dedicado às soluções voltadas para a região do Mercosul. Todos os 273 trabalhadores também foram transferidos para o novo local.

“A nova fábrica de Jandira não apenas aumenta a competitividade da Ficosa em um mercado importante como o Brasil, como também supõe um movimento estratégico que fortalece nossa presença no Mercosul, uma vez que este centro se estabelece como a base das operações do grupo para esta região”, declarou o CEO da Ficosa no Brasil, José María Serra.

Segundo o executivo, a nova fábrica também reforçará a parceria com a Panasonic: “Esta fábrica impulsionará as sinergias da aliança entre a Ficosa e a Panasonic ao estabelecer as bases para produzir neste País as soluções tecnológicas geradas pelo acordo entre ambas empresas”, completou.

A fábrica de Jandira terá o apoio das unidades da Panasonic de Manaus (AM), especializada em eletrônica, e da de Extrema (MG). “Ambas as empresas valorizam uma presença conjunta na Argentina.

Tudo isso, proporcionará à Ficosa uma cobertura integral dos clientes do Mercosul, fortalecendo assim o seu posicionamento tanto em produção quanto em criação de novos processos no âmbito da eletrônica, dando o apoio necessário aos clientes à medida que o mercado introduzir mais produtos tecnológicos”, acrescentou Serra.

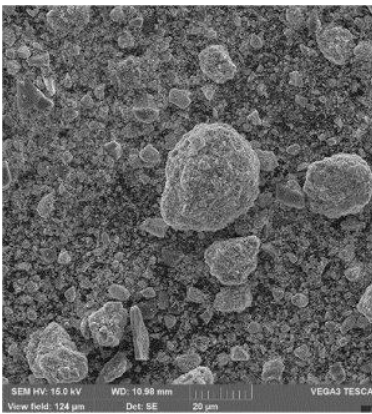
No Brasil desde 1996, a Fiosa, de origem espanhola, instalou sua primeira fábrica em São Paulo, estabelecendo o Brasil como base de suas operações para a região do Mercosul. Em 2007, transferiu a unidade para Barueri, com o objetivo de contar com instalações de maiores dimensões. Entre os principais clientes no Brasil estão Audi, Citroën, Fiat, Ford, General Motors, Nissan, Peugeot, Renault, Toyota e Volkswagen.

Supercerâmica resiste a temperaturas extremas

26/08/2016 – Fonte: CIMM

Um novo tipo de cerâmica, capaz de resistir a temperaturas extremas - acima de 3.000° C -, deverá ter um impacto importante na indústria aeroespacial, sobretudo em motores de foguetes e de aviões e em sistemas de proteção à reentrada na atmosfera.

"Para um metal típico, o limite de temperatura é de 1.200° C, e existem ligas que podem suportar até 2.000 graus. Conseguimos criar um novo material cerâmico de múltiplas camadas com uma resistência ao calor da camada superior de mais de 3.000° C," explica o professor Sergey Kulkov, da Universidade Estadual de Tomsk, na Rússia.



Microfotografia da estrutura da supercerâmica.

Imagem: S. Buyakova et al. -
10.1088/1757-899X/140/1/012006]

Cerâmicas multicamadas são criadas superpondo diferentes tipos de materiais, neste caso principalmente carboneto de háfnio, diboreto de zircônio e outros óxidos.

Naves e aviões hipersônicos

Além de permitir aumentar a temperatura na câmara de combustão de motores a jato, a nova cerâmica poderá fornecer maior proteção a naves durante a reentrada na atmosfera.

Por isso a pesquisa já chamou a atenção da agência espacial russa, a Roscosmos, que irá testar amostras da supercerâmica em uma instalação especial que está desenvolvendo tecnologias para aviões hipersônicos, cuja fuselagem fica sujeita a temperaturas extremas devido ao atrito com o ar atmosférico.

O critério estabelecido pela agência é que a cerâmica consiga manter estável a temperatura por pelo menos 20 segundos em um dos seus lados, enquanto o outro lado é exposto a chamas a 2.200° C.

A equipe disse estar confiante, uma vez que, em seu laboratório, o material foi sujeito a testes mais rigorosos, embora em menor escala.

Mahle tem novo equipamento para desenvolver motores

26/08/2016 – Fonte: CIMM

A fabricante de autopeças e sistemas Mahle passa a contar com novo banco de provas para desenvolvimento de motores. A estrutura fica no Centro Tecnológico de Jundiaí (SP), um dos dez empreendimentos do gênero da companhia no mundo.

O objetivo é usar o dinamômetro na validação de propulsores mais potentes, econômicos e compactos. Assim, a empresa tem mais uma ferramenta para acompanhar a tendência de downsizing, com motores de menor cilindrada, mas com potência superior.

Segundo a Mahle, o banco de provas é capaz de reproduzir o ciclo real de uso, independentemente da aplicação: cidade, estrada, circuito misto, entre outras. A ideia é avaliar como o propulsor vai responder à rodagem e verificar assim os níveis de consumo e de emissões de poluentes. A companhia estima que a margem de erro seja de apenas 0,4%, bem inferior à registrada em um banco convencional, em que a diferença pode chegar a 2%.

Na área de downsizing, a Mahle destaca que o equipamento permite testar cada etapa do desenvolvimento para que a companhia encontre as soluções mais adequadas.

"Esse novo banco de provas, devido ao seu alto grau tecnológico, permite avaliações dinâmicas em motores modernos sejam eles de alta performance ou de tecnologia downsizing", aponta em comunicado Everton Lopes da Silva, chefe da engenharia experimental de motores e componentes do Centro Tecnológico.

Saldo de financiamentos de veículos cai 6,3% até julho

26/08/2016 – Fonte: Automotive Business



O **saldo das carteiras** de financiamento de veículos teve queda de 6,3% até julho na comparação com o mesmo acumulado de sete meses do ano passado, segundo dados do sistema financeiro nacional divulgados na quinta-feira, 25, pelo Banco Central.

O volume chegou a R\$ 147,7 bilhões contra os R\$ 171 bilhões registrados um ano antes, sendo o menor valor registrado em pelo menos um ano aponta relatório do BC. Considerando o saldo em 12 meses terminados em julho, há uma queda de 14% contra os doze meses imediatamente anteriores. Os dados correspondem apenas aos financiamentos para pessoa física.

- Veja [**aquí**](#) os dados do Banco Central e outros dados em nossa página ABinteligência.

As concessões de crédito tiveram queda mais acentuada no acumulado, refletindo o momento ainda de retração do mercado de veículos: entre janeiro e julho, as liberações foram 17,6% menores do que em igual período do ano passado. Na passagem de junho para julho, as concessões diminuíram 0,6%, de R\$ 5,89 bilhões para R\$ 5,85 bilhões.

Em julho, a taxa média de juros praticada pelo mercado financeiro permaneceu em 26%, o mesmo índice verificado em junho. Contudo, há um ano, portanto em julho de 2015, essa taxa era de 24,5%. Já o prazo médio dos financiamentos tem ficado dentro da casa dos 41 meses neste ano, com pequenas variações mês a mês, embora os bancos ainda ofereçam prazo máximo de 60 meses.

Segundo relatório do BC, a inadimplência no setor de veículos ficou estável entre junho e julho, com índice de 4,6%. Em julho do ano passado, o índice apontava 3,9% de atrasos nos pagamentos acima de 90 dias.

GM chega a 3 milhões em Gravataí

26/08/2016 – Fonte: Automotive Business



A General Motors atingiu a marca de 3 milhões de carros produzidos em Gravataí (RS), sua primeira fábrica brasileira fora do Estado de São Paulo, inaugurada em julho de 2000. A planta também inaugurou no País o modelo de condomínio industrial para fabricação de automóveis, hoje com 19 dos principais fornecedores alocados dentro do complexo, para facilitar a logística e eliminar estoques internos.

O primeiro modelo produzido pela GM em Gravataí foi o hatch Celta, na época da inauguração conhecido como Projeto Arara Azul. O carro ficou em linha até o início de 2015, somando 1,8 milhão de unidades montadas.

Só em 2006 entrou em produção o segundo modelo, o sedã compacto Prisma, inicialmente derivado da mesma plataforma do Celta e depois, desde fevereiro de 2013, renovado sobre a base do hatch Onix, que chegou à unidade meses antes, em dezembro de 2012. No total, foram montadas 630 mil sedãs e outros 570 mil hatches.

Com três dos modelos mais vendidos da GM, Gravataí é a planta do grupo no Brasil que mais rápido completou os 3 milhões de veículos produzidos (16 anos), e o último milhão foi somado em apenas três anos e meio.

A marca foi atingida esta semana por um Onix Activ, a mais recente novidade da companhia no mercado nacional. Agora seguem em produção somente dois modelos, o Onix, que há dois anos tornou-se o carro mais vendido no Brasil, e o Prisma, atualmente o sétimo do ranking.

Ambos foram renovados e chegaram à segunda geração recentemente, mas o Prisma antigo segue em produção na fábrica gaúcha, enquanto o Onix de primeira geração, agora na versão Joy de entrada da GM, foi transferido para São Caetano do Sul, no ABC Paulista.

O complexo industrial de Gravataí já passou por duas grandes expansões, uma em 2006 e outra em 2010, que elevaram a capacidade primeiro para 230 mil carros/ano e depois para até 380 mil/ano.

Singapura tem o 1º táxi autônomo do mundo

26/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Enquanto os mercados com indústria automotiva madura trabalham no desenvolvimento de veículos autônomos, é em Singapura que começa a circular o primeiro táxi sem motorista do mundo. A iniciativa é fruto de parceria entre o governo da região e a nuTonomy, empresa que nasceu há três anos no MIT, Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos. O sistema da startup especializada em software e algoritmos para carros autônomos foi instalado em um i-Miev, compacto elétrico da Mitsubishi.

O táxi entrou em operação na quinta-feira, 25, em uma região da cidade-país conhecida como centro de negócios e de tecnologia. Nesta primeira etapa, o serviço é gratuito e limitado a convidados. O objetivo é ouvir as opiniões e demandas dos clientes para adaptar o negócio e lançar o serviço para valer em 2018, com 100 táxis.

Até lá, as viagens com o carro autônomo acontecem sob a supervisão de um engenheiro, que permanece sentado no banco do motorista durante o percurso, pronto para assumir a direção se for necessário.

“Este é um momento na história que mudará como as cidades são construídas e como nós olhamos à nossa volta”, declarou Doug Parker, um dos executivos da nuTonomy, em entrevista à agência Reuters.

A empresa americana é mais uma companhia de fora do setor automotivo empenhada no desenvolvimento do carro autônomo. Com o início dos testes públicos, a startup larga na frente de ao menos uma concorrente de peso, a Uber.

A plataforma de transporte individual pretende oferecer uma frota de veículos autônomos no futuro. Com este foco, a empresa firmou parceria com a Volvo Cars que prevê investimento conjunto da ordem de US\$ 300 milhões.

BMW chama para substituir airbags de 10 modelos 2002 a 2006

26/08/2016 – Fonte: Automotive Business

A BMW informa que vai substituir gratuitamente os airbags do lado do motorista de 10 modelos da marca vendidos no Brasil e fabricados de 2002 a 2006. Segundo a fabricante, foi detectada no dispositivo de segurança a possibilidade de falha de funcionamento, em decorrência de contato prolongado do gerador de gás com umidade e/ou defeito de fabricação do componente.

Com isso, em caso de acionamento do airbag do condutor em uma colisão, pode ocorrer aumento na pressão interna e rompimento da bolsa de ar, com possível projeção de peças de metal.

Os modelos envolvidos no recall são os 320i, 325Ci Coupé, 325i, 330Ci Cabrio, 330i, 540i, M3 Coupé, M5, X5 3.0i e X5 4.4i dos anos acima mencionados. Para corrigir o problema a BMW está convocando os proprietários a agendar visita a uma

concessionária autorizada, a partir de 14 de setembro, para a substituição do airbag do motorista, sem nenhum custo, em serviço que pode ser executado em aproximadamente 25 minutos.

A empresa destaca que, até o momento, não tem conhecimento de nenhum acidente no Brasil envolvendo os veículos equipados com esses airbags, por isso a medida corretiva é preventiva. Veja abaixo a lista de modelos e respectivos números de chassis que devem atender o recall.

modelo	de	até
320i	CG51407	CG54278
	KK47878	KK80577
325Ci Coupé	JW22125	JW22148
325i	KL36091	KL49918
	RA21007	RA21080
330Ci Cabrio	PJ60267	PJ62513
	PK44137	PK46567
	EH34982	EH36596
330i	KM65618	KM68140
	KN50468	KN52537
	PD81142	PD82062
	PE00566	PE02163
540i	GG92600	
M3 Coupé	JP80419	JP90860
M5	GJ22563	GJ22804
X5 3.0i	LT41531	LT47491
X5 4.4i	LP12286	LP14451

Ferrovários ameaçam com greve em setembro

26/08/2016 – Fonte: R7

Empresas do norte de São Paulo, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul serão notificadas nos próximos dias sobre a possibilidade de interrupção da circulação de trens da Rumo ALL - Malha Paulista e Malha Oeste. A partir de 5 de setembro, mais de 900 ferroviários prometem cruzar os braços, deixando de transportar diariamente mais de 100 mil toneladas de produtos ao Porto de Santos.

Segundo o Sindicato dos Ferrovários da Zona Sorocabana, o transporte de açúcar, grãos e industrializados deve ser prejudicado. Os trabalhadores pedem reajuste salarial e outros benefícios.

Os sindicalistas alegam que a paralisação vai ocorrer porque a Rumo ALL teria suspenso as negociações com a categoria. "Companhias exportadoras de pelo menos três Estados serão prejudicadas", diz o presidente do sindicato, Izac de Almeida, que culpa a "intransigência" da empresa.

Segundo ele, as regiões de Campinas, Bauru, Sorocaba, Mairinque e Santos serão as mais afetadas pela greve. Os empregados reclamam das condições de trabalho e pedem 9,84% de reajuste. O sindicalista diz que a categoria também reclama de "problemas com escalas, segurança, alimentação, alojamentos e transporte".

A Rumo ALL é responsável por 12,9 mil quilômetros de malha ferroviária e tem mais de 9 mil funcionários. Em nota, a companhia argumentou que já concluiu a negociação com 12 entidades que representam seus trabalhadores.

E que, neste momento, mantém conversas com este último sindicato que ainda não aceitou o que foi oferecido.

A empresa alega que sua proposta "traz uma série de vantagens para seus colaboradores, como reajuste salarial de 8% e diversos adicionais de até 36%".

Confiança da construção cresce em agosto e atinge maior patamar em mais de um ano, diz FGV

26/08/2016 – Fonte: R7

O Índice de Confiança da Construção (ICST) do Brasil subiu pelo segundo mês seguido em agosto, com alta na medição das expectativas e da situação atual, e atingiu o maior patamar em mais de um ano, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta sexta-feira.

O ICST avançou 1,8 ponto na comparação com o mês anterior e atingiu 72,5 pontos, a maior leitura desde julho de 2015. Após a segunda alta seguida, o índice acumula ganho de 5,9 pontos desde a mínima histórica em fevereiro.

O Índice de Expectativas subiu 2,1 pontos em agosto, para 81,4 pontos, enquanto o Índice da Situação Atual avançou 1,5 ponto, chegando a 64,2 pontos.

"A percepção dominante é de que a atividade lentamente começa uma retomada, o que já está se refletindo no indicador de mão de obra prevista. Nos últimos três meses, os empresários passaram a apontar maior intenção de contratar", disse Ana Maria Castelo, Coordenadora de Projetos da Construção da FGV/IBRE, em nota.

A FGV divulgou também que o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC-M) registrou alta de 0,26 por cento, após subir 1,09 por cento em julho.

'Não há espaço para aumento de imposto', diz executivo

26/08/2016 – Fonte: Portal Contábil



João Carlos Brega, presidente da Whirlpool para a América Latina, dona das marcas Brastemp e Consul e a maior fabricante de eletrodomésticos do País, diz que o Brasil vive uma crise de credibilidade.

Ele critica a saída para a crise via aumento de impostos. "Como qualquer empresa, o ajuste tem de ser pela despesa. Não tem milagre, a equação de impostos chegou ao limite." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual seu cenário para o País?

Nunca conversei tanto com tantos colegas e tantas pessoas para tentar ter uma leitura correta do que está acontecendo. Tinha um ajuste que precisava ser feito, mas o problema do Brasil não foi o ajuste. O que aconteceu foi uma crise política que contaminou a economia e, pelo tempo que está demorando, virou crise de credibilidade e de confiança. Hoje, o problema é confiança.

Confiança em quê?

No futuro. Por que o empresário decide abrir um negócio ou aumentar a capacidade? Porque ele tem a confiança de que vai vender mais. Ele vai ao banco e pede um empréstimo.

O banco empresta na confiança de que ele vai pagar. O consumidor, com horizonte de emprego, tem a confiança de fazer um financiamento. Aí a bicicleta roda. Isso foi

quebrado porque o consumidor está ou tem alguém muito próximo dele que está desempregado.

Como se resolve essa crise de confiança?

A primeira coisa é encarar a realidade. Queremos superávit. Só que existe uma carga fiscal de quase 40% do PIB, não tem espaço para aumentar. Tem de mexer na despesa e deixar a iniciativa privada investir.

Em dezembro, o governo deu 3% de Reintegra (devolução de imposto para exportadores). Mas, em janeiro, reduziu para 1%, alegando problema de déficit. Depois, decidiu acabar com a desoneração da folha de pagamentos e criou o PIS/Cofins sobre a receita financeira.

Daí, da noite para o dia, vem a CPMF. Não tem milagre, a equação de impostos chegou ao limite. Vai subir imposto e cair a receita porque a pizza será menor. Em vez do imposto provisório, deveríamos lançar a campanha pela redução de despesa provisória.

Mas o governo está pronto para subir impostos...

Então, eu só lamento.

O sr. falou que um dos elementos da credibilidade é o político. Como desatar esse nó?

Eu não sei responder. Como participante de Fiesp, Fiesc, CNI, essas entidades empresariais têm de colaborar pensando, não politicamente, mas no Brasil. Vamos ter uma pauta séria, trabalhar na infraestrutura, vamos fazer algumas coisas que o País precisa fazer para diminuir esse déficit que realmente não vai chegar a lugar nenhum. Mas não é por aumento de receita. Acho que a Fiesp e a Fiesc estão fazendo isso.

O sr. é a favor do impeachment?

Não, porque temos uma Constituição que prega que quem é eleito governa por quatro anos e ponto. Se não gostou, na próxima eleição vote certo. Aprenda a votar. Comece agora com vereador, prefeito.

Esse cenário de impeachment não existe para mim. Agora, o que existe é que temos 39 ministros. Não adianta ficar olhando para o Joaquim Levy. Ele é ministro da Fazenda, é tesoureiro, 'controller'. Ele não tem autonomia para interferir. Se ele começa a falar em aumentar imposto é porque está de mãos atadas na despesa. Mas a discussão correta é o todo.

O governo mandou um Orçamento de 2016 e indexou as despesas em cerca de 9%. Mas se a meta de inflação é de 4,5% e ele acha que vai chegar em 6,5%, por que ele não fala que vai subir para 4,5% ou 6%? São algumas coisas para, no mínimo, ajudar a criar o diálogo. Quando você quer mudar, a liderança tem de mudar e dar o tom.

Como o sr. avalia a gestão da presidente e do ministro da Fazenda?

Eu não posso entrar nesse mérito. A presidente Dilma foi eleita porque o povo a avaliou bem. E, agora, não é brincadeira: 'Então tira'.

E o Levy?

A experiência dele é fantástica, seja na vida empresarial, seja na parte de governo, na secretaria do Rio de Janeiro em especial. Uma formação acadêmica que dispensa qualquer comentário. Mas a gente tem de entender o que podemos exigir e cobrar dele. Tem uma frase que diz: não adianta matar o mensageiro.

A gente está atirando no Levy como mensageiro. Existem 38 ou 39 ministérios, uma presidente. Esse time que tem de se articular e fazer uma proposta muito mais abrangente. Se não, a gente vai ficar com essa miopia. Acompanhei o ministro Levy falando da miopia. Miopia é focar só na parte de impostos. Acho que tinha de ser ao

contrário. Acho que a gente tinha de focar na despesa e entender algumas medidas e não ter esse vício de só falar em impostos, que é o mais fácil, mas não vai adiantar. Porque não vai aumentar. A mesma coisa: no orçamento para o ano que vem a premissa é um crescimento de PIB. Não é a nossa premissa.

O que o sr. prevê?

A economia vai andar de lado ou ter uma pequena queda. Por isso é que gera incerteza. O governo não acerta o tom. Falta alguém falar vamos caminhar para cá. É isso que a gente precisa, e não ficar criticando.

Mas a sua perspectiva para o Brasil muda?

O Brasil não acabou. Aprendi que tem uma notícia boa nessa crise. Ela vai acabar. Tem um detalhezinho pequeno que é quando. Acho que são duas discussões que precisamos ter: apressar esse fim e que a outra fase positiva seja robusta e sustentável.

Até 2017, vai ser um cenário de não crescimento econômico. Tem eleição para prefeito e vereador no ano que vem. A base de prefeitos propicia uma boa base para a eleição presidencial.

O desenho do resultado da eleição de prefeitos vai imediatamente disparar a campanha presidencial. A grande retomada vai ser pós eleição 2018. Até 2016, 2017, dado o cenário de hoje, não esperamos nada espetacular.

Como foram as vendas no primeiro semestre?

Houve queda de 15% em relação ao mesmo período de 2014. Fazia muito tempo que não tínhamos uma queda dessa magnitude.

Quanto vocês estão usando da capacidade instalada?

Hoje está abaixo de 70%.

Com essa queda, a produção no primeiro semestre voltou a níveis de que ano?

Equivale a produção de 2007. A Whirlpool não está em crise. A participação relativa está muito bem. O problema é o seguinte: a pizza, que era tamanho família, agora é brotinho.

Em julho de 2014, quando fizemos o orçamento para este ano, sabíamos que tinha uma eleição presidencial e, independente de quem fosse ganhar, teria de haver um ajuste. A gente sabia que a China talvez não tivesse um crescimento robusto. Tudo isso era mais ou menos dado de mercado.

E qual era o nosso cenário? O primeiro trimestre de 2015 teria queda em relação a 2014, porque o ano passado tinha sido muito bom. No segundo trimestre, a gente teria crescimento, porque houve a Copa do Mundo e ninguém comprou linha branca. No terceiro trimestre deste ano, andaria de lado e, no quarto trimestre, dependeria do ajuste que o governo faria.

Em dezembro, as vendas não foram o que a gente imaginava. Em fevereiro, fizemos uma parada preventiva de todas as fábricas, exceto Manaus, para ajustar os estoques. A partir daí, o nosso nível de estoques está ajustado.

É óbvio que há alguma oscilação que não necessita uma parada total de fábrica. O que existe são paradas normais de linha para manutenção. Demos férias coletivas no escritório em julho.

O sr. cortou ou deixou de repor 4 mil vagas?

Agora nós não estamos contratando. Estamos sendo bastante rigorosos na contratação.

Haverá mais ajustes?

Não está nos nossos planos.

Férias coletivas no segundo semestre?

Tradicionalmente paramos entre Natal e Ano Novo. Não tem nada previsto. O que pode acontecer é parar uma linha.

O sr. está renegociando contratos?

Estamos sentando com fornecedor e falando "Não dá, não consigo pagar."

E o dólar, pode ajudar em alguma coisa?

O dólar é que nem dívida. Quando você tem possibilidade de pagar, você se preocupa, deixa de dormir. Neste caso, não tem jeito, eu não consigo controlar. O que a gente sabe é que é um momento de total oscilação para cima. Agora, é ter paciência e esperar para ver onde ele vai parar.

O dólar mais elevado não é favorável às exportações do grupo?

Não, porque não foi só o Brasil que mexeu no câmbio. China, Colômbia, Europa e México mexeram. Só a Argentina não mexeu. Eles mexeram no câmbio, só que eles não tiveram a folha onerada, PIS/Cofins e não vão ter não sei o quê que vem pela frente. Eles não têm a carga fiscal que a gente tem. O câmbio vai melhorar as exportações, mas não vai ser o novo driver.

Por quê?

Para exportar produto manufaturado, precisa ter tecnologia, agregar valor. Para exportar commodity, que era o que a gente vinha tendo até então, é seguir a China. Exportação não vai ser o driver porque não tem porto. A Embraco, por exemplo, empresa do grupo que exporta compressores, tem de mandar o produto para o porto no dia 5, se o navio for passar no dia 30.

Por qual motivo?

Há 80 diferentes formulários que a gente tem de preencher, fiscalizações, etc. Além disso, o espaço de armazenamento é contido, o primeiro que chega se garante. Aí, eu tenho de torcer para que não tenha fila, que o pessoal do porto não faça greve, para que o capitão possa atracar o navio na hora que ele chega.

Porque, senão, ele vai embora, pois a multa que ele leva pela perda de prazo é muito grande. Se não fosse a crise de confiança atual, a gente estaria discutindo, hoje, o gargalo de energia, de infraestrutura. Há quanto tempo não vemos uma nova concorrência para infraestrutura?

O custo de infraestrutura é alto para a Whirlpool?

É claro. Quatro anos atrás inauguramos uma planta de compressores, no México, para exportar para os Estados Unidos. A Embraco já foi a 20ª maior exportadora do País e foi caindo no ranking.

O grupo está investindo mais lá fora do que aqui?

Estamos balanceando. Não estamos cortando investimento em produto. Vamos lançar os mesmos 200 produtos este ano na América do Sul e vamos lançar mais em 2016. Mas não estamos aumentando a capacidade e não vemos horizonte para isso até 2018.

Por que o País perdeu o grau de investimento e qual será o impacto?

Infelizmente, o que isso acarreta é dinheiro mais caro. Afugenta, ou não possibilita, investidor de longo prazo a colocar dinheiro no País.

A gente precisa entender que investidores de fundos têm regras. Vocês já viram os países que têm grau de investimento na América do Sul? Peru, Equador, Colômbia e Chile.

Qual é o traço comum desse grupo?

Eles têm acesso a investimento mais barato, investimento de longo prazo, com um investidor que tem paciência para esperar. O grau de investimento é a credencial que possibilita isso.

Esses países têm um trato do gasto público de uma maneira bem gerenciada, entre infraestrutura, despesa de custeio, que permite um horizonte e faz as agências darem selo de bom pagador.

A Whirlpool vai sofrer o impacto da perda do grau de investimento?

Não. No nosso caso específico, entramos no rating da Whirlpool Corporation. No Brasil, os juros sobem, mas temos pessoal de tesouraria que faz a estratégia para termos custo do dinheiro mais barato possível.

Como a matriz vê o Brasil?

A Whirlpool tem 104 anos e não foi agora que ela entrou no Brasil. O País vai continuar sendo a 7.^a ou 8.^a economia do mundo. Não tem discussão. O que é chato e desagradável é passar por isso, quando, em tese, isso poderia ter sido evitado.

Cresce o otimismo do consumidor paulistano, diz Fecomercio SP

26/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

Pela primeira vez desde abril do ano passado, o consumidor mostra-se mais otimista com o quadro atual da economia e com a possibilidade de uma recuperação do crescimento no futuro, segundo aponta o Índice de Confiança do Consumidor, apurado mensalmente pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Entre julho e agosto, o índice subiu 2,4%, passando de 97,7 pontos para 100 pontos. As informações são da Agência Brasil.

Pela metodologia empregada, na escala de zero a 200, quando a percepção fica abaixo de 100 pontos, a interpretação é de pessimismo e acima dessa marca, de otimismo. Comparado ao levantamento feito em agosto do ano passado, foi constatado um avanço de 18,2%. Na pesquisa, foram ouvidos 2,2 mil consumidores, em São Paulo.

Segundo a Fecomercio/SP, essa melhoria do otimismo foi influenciada principalmente pela avaliação das condições econômicas do momento, feita por meio do Índice das Condições Econômicas Atuais (ICEA) que apresentou alta de 6,6%, ao passar de 51,3 pontos para 54,7 pontos. Sobre agosto do ano passado, houve elevação de 7,8%.

Os mais otimistas estão na faixa de renda abaixo de dez salários mínimos com aumento de 13,5% (de 47,2 pontos para 53,5 pontos). No universo com ganhos acima de dez salários mínimos, houve um recuo de 4,9% em relação a julho, e de 13,3% sobre igual período do ano passado.

Em relação ao Índice das Expectativas do Consumidor (IEC), ocorreu crescimento pela quarta vez consecutiva com taxa de 1,3% (de 128,6 pontos, em julho, para 130,3 pontos em agosto). Comparado a agosto do passado (com 101,6 pontos), foi registrado avanço de 28,3%.

Entre os consumidores sondados em torno das expectativas futuras com ganhos até dez salários mínimos, o índice teve elevação de 2,8% (de 124,8 pontos, em julho para 128,3 pontos, em agosto). Acima deste teto, no entanto, a variação foi de uma queda de 1,5% (de 136,6 pontos, em julho, para 134,5 pontos em agosto). Sobre agosto de 2015, houve crescimento em ambos os casos, de 32,4% e 20,8%, respectivamente.

Em nota, a FecomercioSP, avalia que “apesar da recuperação em relação ao mês anterior, as condições econômicas atuais do brasileiro permanecem ruins (inflação alta, desemprego em elevação e crédito escasso e caro) e a alta da confiança do

consumidor nos últimos meses foi quase que inteiramente motivada pela melhora nas expectativas iniciada durante o começo do governo interino". Para a entidade, a retomada do nível de atividade depende das reformas fiscais propostas, medidas que considera fundamentais para a queda dos juros e estabilização do real.

Crise econômica leva brasileiros a usar mais serviços públicos

26/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

O aprofundamento da crise econômica levou a mudanças nos hábitos de consumo e a perda do padrão de vida de parte significativa da população brasileira. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgada nesta quinta-feira, 25 de agosto, aponta que 24% das pessoas tiveram que vender bens para pagar dívidas e 19% mudaram de casa para reduzir o custo com habitação. Também houve a troca de serviços particulares por públicos. Quase metade dos brasileiros (48%) passou a usar mais o transporte público, 34% deixaram de ter plano de saúde e 14% mudaram os filhos da escola privada para a pública.

A turbulência econômica também afetou as escolhas dos consumidores, que passaram a trocar produtos por similares mais baratos (78%), a esperar as liquidações para comprar bens de maior valor (80%), e a poupar mais para o caso de necessidade (78%). Também foi verificado maior sacrifício para quitar débitos - 67% disseram que estão com dificuldades de pagar as contas ou as compras a crédito. A pesquisa ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios entre 24 e 27 de junho.

"A crise está afetando toda a população brasileira. As medidas mais simples, relacionadas ao consumo, ocorrem em todas as faixas de renda, mas as medidas mais extremas, como mudar de casa, são tomadas principalmente pelas famílias de menor renda. O Brasil precisa de reformas estruturais para conseguir recuperar a confiança, animar os empresários a investir e gerar mais empregos, o que movimenta a economia em um círculo virtuoso", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

MAIS DA METADE DAS FAMÍLIAS SOFRE COM DESEMPREGO - De cada 100 entrevistados, 57 disseram que alguém da família ficou sem emprego. O volume é maior que o verificado na pesquisa anterior, de 44%. Com isso, o medo do desemprego é cada vez maior. Um total de 80% dos entrevistados disse que se preocupam, muito ou pouco, em perder o emprego, ficar sem trabalho ou ter que fechar o negócio nos próximos 12 meses e 84% se preocupam em perder o atual padrão de vida. Mais da metade dos brasileiros (56%) buscam trabalho extra para complementar a renda.

PAÍS CHEGOU AO FUNDO DO POÇO - Os brasileiros percebem piora na situação econômica do país. Para 71% das pessoas, o cenário do Brasil está ruim ou péssimo.

Em junho de 2015, o percentual era menor, de 66%, e em 2013, de 21%. Mas para 73% das pessoas, a crise chegou ao fundo do poço e 43% acreditam que a economia estará melhor em 12 meses.

Juros no cheque especial sobem para 318,4% ao ano

26/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

A taxa de juros do cheque especial continuou a subir em julho. De acordo com dados do Banco Central (BC), divulgados nesta quinta-feira, 25, a taxa do cheque especial subiu 2,7 pontos percentuais, de junho para julho, quando chegou a 318,4% ao ano, chegando a novo recorde na série histórica do BC, iniciada em julho de 1994.

Neste ano, a taxa do cheque especial já subiu 31,4 pontos percentuais em relação a dezembro de 2015, quando estava em 287% ao ano.

Outra taxa de juros alta é a do rotativo do cartão de crédito. Em julho, na comparação com o mês anterior, houve uma pequena redução na taxa de 0,2 ponto percentual. Mas a taxa de 470,7% ao ano é a mais alta entre as pesquisadas pelo BC. Neste ano, essa taxa já subiu 39,3 pontos percentuais. O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão.

A taxa média das compras parceladas com juros, do parcelamento da fatura do cartão de crédito e dos saques parcelados subiu 2,3 pontos percentuais e ficou em 151,8% ao ano.

A taxa do crédito pessoal subiu 3,9 pontos percentuais para 132,2% ao ano. Já a taxa do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) caiu 0,2 ponto percentual para 29,2% ao ano.

A taxa média de juros cobrada das famílias subiu 0,5 ponto percentual, de junho para julho, quando ficou em 71,9% ao ano.

A inadimplência do crédito, considerados atrasos acima de 90 dias, para pessoas físicas ficou estável em 6,2%.

A taxa de inadimplência das empresas subiu 0,1 ponto percentual e ficou em 5,2%. A taxa média de juros cobrada das pessoas jurídicas ficou em 30,4% ao ano, alta de 0,1 ponto percentual em relação a junho.

Esses dados são do crédito livre em que os bancos têm autonomia para aplicar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros.

No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura) a taxa de juros para as pessoas físicas subiu 0,1 ponto percentual para 10,6% ao ano.

A taxa cobrada das empresas subiu 1 ponto percentual para 12,7% ao ano. A inadimplência das famílias ficou em 1,8%, com alta de 0,1 ponto percentual em relação a junho. A taxa de inadimplência das empresas ficou estável em 1,1%.

O saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos caiu 0,4%, em julho e 3,2%, no ano. No mês passado, o saldo ficou em R\$ 3,115 trilhões. Esse valor correspondeu a 51,4% de tudo o que o país produz – Produto Interno Bruto (PIB), ante o percentual de 52,9% registrado em junho deste ano.

'Caos' no Brasil não preocupa tanto os investidores estrangeiros

26/08/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Brasil é um caos, dizem os economistas. A iminente votação sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff no Senado aviva as tensões em um país com grandes desigualdades. Então, por que as empresas estrangeiras mostram tanto entusiasmo?

Os fundos de cobertura internacionais, fabricantes de automóveis e empresas de mineração veem no Brasil, a maior economia da América Latina, um mercado que abrange 200 milhões de consumidores, uma oportunidade que não podem ignorar.

Este ano a tensão política foi aumentando à medida que avançava o processo de impeachment de Dilma, acusada de ter maquiado as contas públicas.

Os seguidores do presidente interino, o conservador Michel Temer, afirmam que ele ocupa o cargo legitimamente, por ter sido o vice-presidente de Dilma. Mas alguns brasileiros se queixam das suas políticas de austeridade ou do fato de nunca terem votado nele.

"É um caos", opina Mark Weisbrot, codiretor do Centro para Pesquisa Econômica e Política, com sede em Washington.

"Há um governo de legitimidade duvidosa que redobra a aposta por políticas econômicas que fracassaram completamente, sem que se possa vislumbrar um fim" para a situação, afirma.

Analistas advertem que Temer poderia ser o próximo de uma longa lista de políticos brasileiros a ser envolvido no escândalo de corrupção da Petrobras.

Três ministros do seu governo renunciaram após serem acusados de estar implicados na rede de corrupção.

Mas seus partidários insistem em que Temer é o homem adequado para solucionar os problemas econômicos que Dilma não conseguiu.

"A crise política é efetivamente um caos", afirma a analista Jimena Blanco, diretora das Américas da consultora de riscos britânica Verisk Maplecroft.

"O governo atual também está muito manchado pelas acusações de corrupção. A diferença é que a coalizão que apoia Michel Temer funciona na prática", completa.

Apesar do caos, a confiança dos investidores foi aumentando desde o início do governo pró-mercado de Temer, com seus planos de cortes de gastos públicos, principalmente nas aposentadorias.

Desde o final de janeiro, a Bolsa de Valores de São Paulo acumulou ganho de 37%. O rendimento de um bônus estatal brasileiro em 10 anos caiu cerca de 30%.

A baixa popularidade do presidente interino, que tem a aprovação de apenas 13% da população, segundo uma pesquisa recente, não parece preocupar os investidores.

"Não acredito que se preocupem com isso. Para eles o que importa são os lucros a curto prazo", afirma Weisbrot.

A economia brasileira se expandiu durante o mandato do ex-presidente Luiz Inacio Lula da Silva, antecessor e aliado de Dilma no Partido dos Trabalhadores (PT). Mas a bonança terminou durante o segundo mandato de Dilma, com uma recessão em 2014.

"Os governos do PT, especialmente sob o mandato de Dilma, eram muito a favor de culpar o setor privado por muitos dos problemas que correspondiam a limitações estruturais da economia brasileira", afirma Blanco.

"É uma tensão habitual na América Latina. Muitos dos governos de esquerda tomam medidas para favorecer as empresas nacionais em detrimento das estrangeiras", acrescenta.

No entanto, durante seus 13 anos no poder, o PT foi reconhecido por defender direitos trabalhistas e tirar milhões de brasileiros da pobreza.

"Os mercados querem se desfazer do Partido dos Trabalhadores. Nunca gostaram dele", diz.

O Brasil sofre sua pior recessão em décadas. A economia do país encolheu 3,8% no ano passado. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prognostica uma contração de outros 3,3% neste ano, e a volta do crescimento em 2017.

"A América Latina precisa que o Brasil volte a crescer", afirma Ramón Aracena, economista-chefe do Institute of International Finance, uma associação internacional bancária e de investimento.

"Há uma grande interconexão na região. Se o Brasil for bem, vai levantar o resto das economias", acrescenta.

A China foi o principal investidor no Brasil neste ano, com cerca de quatro bilhões de dólares investidos em ativos, segundo a agência de notícias financeiras Bloomberg.

"Apesar dos seus problemas, é um país que é grande demais para ignorar", observa João Augusto Neves de Castro, diretor encarregado das Américas da consultora Eurasia Group.

"O custo de fazer negócios é muito alto, mas uma vez que se aposta no longo prazo, se ganha muito dinheiro", completa.

Cobre opera em alta, ajudado por dólar fraco e de olho no Fed

26/08/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre operam em alta nesta manhã, favorecidos pela desvalorização do dólar ante várias outras moedas e à espera de um discurso da presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Janet Yellen.

Por volta das 6h15 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) subia 0,5%, a US\$ 4.648,00 por tonelada.

Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre com entrega para setembro tinha alta de 0,39%, a US\$ 2,0845 por libra-peso, às 7h54 (de Brasília).

O chamado índice WSJ do dólar se enfraquece nos negócios da manhã, tornando o cobre mais atraente para detentores de outras moedas.

Os investidores dos mercados de metais aguardam Yellen, que falará a partir das 11h (de Brasília), durante simpósio anual do Fed em Jackson Hole (Wyoming), em busca de sinais da perspectiva de juros nos EUA.

Entre outros metais básicos na LME, o viés era majoritariamente positivo: o alumínio estava praticamente estável, a US\$ 1.643,50 por tonelada, mas o zinco avançava 0,9%, a US\$ 2.316,50 por tonelada, o chumbo subia 0,6%, a US\$ 1.877,50 por tonelada, o estanho também registrava alta de 0,6%, a US\$ 18.830,00 por tonelada, e o níquel aumentava 0,3%, a US\$ 9.860,00 por tonelada.

Indústria eleva investimento em pesquisa, mas corta recurso à inovação, diz Fiesp

26/08/2016 – Fonte: DCI



A indústria brasileira deve aumentar em 4,9% os aportes em pesquisa e desenvolvimento (P&D), mas cortar em 8,6% os desembolsos em inovação neste ano,

conforme revela uma pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) sobre a intenção de investimentos das empresas. O estudo mostra ainda que os recursos do setor empregados em gestão devem crescer 5,6% em 2016.

Em pesquisa e desenvolvimento, os investimentos, conforme os planos da indústria, vão chegar a R\$ 6,8 bilhões, R\$ 300 milhões a mais do que no ano passado, enquanto os desembolsos voltados à gestão devem somar R\$ 9 bilhões, R\$ 500 milhões a mais.

Por outro lado, os investimentos em inovação, que totalizam o maior montante, devem cair de R\$ 11,5 bilhões para R\$ 10,5 bilhões. Segundo a Fiesp, as empresas têm maior flexibilidade para realizar cortes nessa atividade, o que, num período de crise, leva a uma redução da cifra.

Na soma das três categorias pesquisadas pela entidade, o orçamento das companhias chega a R\$ 26,3 bilhões, abaixo dos R\$ 26,5 bilhões do ano passado.

A Fiesp ouviu 1,12 mil empresas da indústria de transformação - 534 pequenas, 405 médias e 181 grandes - entre 14 de março e 22 de abril.

O resultado surpreendeu o departamento de competitividade e tecnologia da Fiesp, que, no contexto de recessão econômica, esperava cortes em todas as modalidades pesquisadas.

"Os investimentos em gestão e P&D mostraram o contrário, e isso é positivo, pois reforça o aprendizado das empresas quanto à importância desses investimentos para a competitividade", afirma, em nota, o diretor do departamento, José Ricardo Roriz Coelho.

Barreiras comerciais restringem competitividade de produtos brasileiros

26/08/2016 – Fonte: Agência Brasil

O diplomata brasileiro em missão na Organização Mundial do Comércio (OMC), Celso de Tarso Pereira, disse hoje (25) que é possível ampliar mercado para os produtos brasileiros no exterior com a derrubada de barreiras comerciais e que esse é um desafio para o país.

"São produtos competitivos, produzidos sem subsídios, que deveriam ter um acesso desimpedido nos principais mercados. O desafio é definir uma estratégia para dismantlar essas barreiras", disse o diplomata, que participou do 4º Fórum de Agricultura da América do Sul, no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba.

Pereira citou o exemplo do açúcar e do frango, produtos dos quais o Brasil é líder em exportações, mas que só são vendidos à União Europeia no sistema de quotas tarifárias. O que excede as cotas é taxado com tarifas de importação mais altas.

Segundo o diplomata, existe uma "fortaleza" de restrições, de cotas e de picos tarifários que impedem que as exportações brasileiras sejam tão competitivas quanto os produtos industrializados de outros países são no mercado nacional. "É quase uma dívida histórica que deveria ser equacionada. Ela será, mas apenas gradualmente", avaliou.

As negociações para que as barreiras agrícolas sejam superadas são duras, segundo Pereira, principalmente porque os países envolvidos exigem contrapartidas econômicas em outros setores, como na área de serviços ou de compras governamentais.

"A discussão fica mais difícil, porque é necessário ter na mesa não só os representantes da área agrícola, mas também do resto da economia brasileira", explicou.

Barreiras sanitárias

Celso de Tarso Pereira também falou sobre as barreiras “criativas” praticadas no mercado internacional. Segundo ele, vários países impõem restrições a produtos agrícolas brasileiros sob o pretexto de que eles não seguem padrões sanitários internacionais. “São barreiras impostas sem a devida fundamentação científica, apenas com intuito protecionista”, ressaltou.

Para contornar o problema, o diplomata apontou duas soluções possíveis em âmbito internacional. A primeira seria a negociação direta com os possíveis importadores, para convencê-los de que os produtos brasileiros cumprem as normas sanitárias internacionais. E a segunda solução, mais drástica, seria uma ação de litígio junto à OMC para que as barreiras sem fundamentação científica sejam derrubadas.

O governo brasileiro não descarta a solução drástica, segundo o diretor de Acesso a Mercados e Competitividade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, João Luís Rossi, que também participou do fórum:

“Podemos até recorrer a um litígio via OMC caso os nossos argumentos, que são científicos e baseados em princípios técnicos, não sejam aceitos por questões que não tiverem uma justificativa plausível.”

Financiamento corresponde a 58% das vendas de automóveis no semestre, revela ANEF

26/08/2016 – Fonte: Canal Executivo

O pagamento a prazo segue sendo a opção mais utilizada pelo consumidor na hora de fechar um contrato de compra do veículo zero quilômetro. De acordo com dados da Anef (Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras), no primeiro semestre deste ano, 58% dos negócios utilizaram essa modalidade de crédito.

O CDC foi o preferido por 50% dos compradores, seguido pelo consórcio (6%) e leasing (2%). As vendas à vista, por sua vez, bateram recorde e atingiram a marca de 42% - superando em dois pontos percentuais o resultado alcançado no ano passado.

No segmento dos veículos pesados, o Finame ainda é o responsável pela maior parte das operações, com 63% dos contratos. Outras modalidades utilizadas na compra de um caminhão foram CDC (15% das negociações) e leasing (1%), enquanto as entregas por meio do consórcio atingiram 4%.

No mercado das motocicletas, as entregas pelo consórcio responderam por 38% das vendas. No primeiro semestre deste ano, as compras à vista e no CDC empataram com 31% dos negócios.

Carteiras e recursos

O saldo das carteiras no período somou R\$ 169,3 bilhões, queda de 14,2% nos últimos doze meses e de 1,3% em relação ao mês anterior. Desse total, R\$ 164,2 bilhões foram destinados ao CDC e R\$ 5,1 bilhões ao leasing. Se analisarmos cada uma das operações, os saldos para o financiamento caíram 13,7% e para o leasing, 27,1%.

Esse valor correspondeu a 3,0 do PIB (Produto Interno Bruto) e manteve o percentual alcançado no mesmo período do ano passado. O resultado corresponde a 5,4% do total de crédito do SFN (Sistema Financeiro Nacional) e 10,8% do total das operações de crédito – recursos livres.

Já o total de recursos liberados no semestre foi de R\$ 38,6 bilhões, o que corresponde a uma queda de 17,5% nos últimos doze meses. Para o financiamento foram

destinados R\$ 37,5 bilhões e para o leasing R\$ 1,1 bilhão. "Esses números são o retrato do cenário econômico atual", analisa o presidente da Anef, Gilson Carvalho.

"A demanda continua muito reprimida, pois o consumidor tem medo de perder o emprego e, por isso, evita contrair dívidas. Afinal, o consumidor só decide pela compra baseado em três pilares: confiança, renda e crédito, elementos que vêm se degradando nos últimos meses. Isso impacta diretamente no volume de vendas e de financiamento", afirma.

Taxas e prazos

As taxas praticadas pelos bancos ligados às montadoras continuam mais atraentes para o consumidor na comparação com as instituições independentes. Em junho, as entidades ligadas cobraram juros de 23,14% ao ano e 1,75% ao mês, enquanto os independentes, 26% e 1,4%, respectivamente.

O prazo médio das concessões foi mantido em 42 meses. O prazo máximo oferecido pelos bancos é de 60 meses.

Inadimplência

A taxa de inadimplência Pessoa Física continua em elevação. Em junho, o índice de inadimplentes na modalidade CDC foi de 4,5%, contra os 3,9% registrados no mesmo mês do ano passado. Na carteira de leasing, foi de 4,3% - queda de 2,8 pontos percentuais.

Projeções

A Anef refez suas projeções para este ano. A entidade projeta que o saldo de financiamento deverá ficar em R\$ 155,7 bilhões, queda de 15% em relação ao resultado alcançado no ano passado, que foi de R\$ 183,2 bilhões. Já o volume de recursos liberados deverá cair 15,8%, passando de R\$ 92 bilhões para R\$ 77,5 bilhões.